

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE NEGROS E NEGRAS EM REPOSITÓRIO DIGITAL NA UFPB: acesso/democratização

KNOWLEDGE OF PRODUCTION ABOUT BLACK WOMEN AND MEN IN DIGITAL REPOSITORY AT UFPB: access/democratization

Mirian de Albuquerque Aquino*

Leyde Klebia Rodrigues da Silva**

Ronhely Pereira Severo***

Sérgio Rodrigues de Santana****

Taianny Ferreira Cabral de Oliveira*****

RESUMO

As pesquisas sobre a cultura de negros e negras têm caminhado lentamente na produção do conhecimento científico armazenada na memória da ciência das universidades. Neste sentido, a produção de conhecimento sobre essa população é considerada insuficiente mantendo alheia a responsabilidade de inclusão de grupos (in) visíveis na sociedade da aprendizagem. O projeto de pesquisa “Memória da Ciência: a (in) visibilidade de negros e negras na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba” configura-se como uma possibilidade de minimizar esses estigmas relacionados à produção de conhecimento sobre negros e negras vista por pesquisadores como pouco importante para a cultura eurocêntrica. Adotamos a abordagem qualitativa/ interpretativa, na qual o pesquisador está inserido no contexto, captando os significados produzidos pelos sujeitos. O texto tem como objetivo a construção de uma base de dados, adotando os pressupostos teórico-metodológicos da Arquitetura da Informação, na qual utilizamos os programas *Axure 4.0* que permitem criar *wireframes* e protótipos, possibilitam um grande nível de informação estruturada, e visam atender às demandas informacionais dos usuários de forma mais efetiva. Além disso, utilizamos também o *Fireworks 8.0*, *Dreamweaver 8.0* e *CorelDraw 13*. A pertinência da construção da base parte da necessidade de oferecer elementos para a formulação de uma política científica para produção de conhecimento

na UFPB que vise o acesso/democratização da informação para todo cidadão.

Palavras-chave: Negros e Negras. Produção de Conhecimento. Acesso/Democratização da Informação. Base de Dados.

ABSTRACT

Research about black women and men culture has been developed very slowly in the scientific knowledge production stored in science memory of the universities. In this sense, knowledge production about this population is considered insufficient by disregarding the responsibility of (in)visible groups inclusion in the learning society. The research project “Memory of Science: the (in)visibility of black women and men in knowledge production of the Federal University of Paraíba” constitutes a possibility to minimize these stigmas related to knowledge production about black women and men once it is seen by researchers as of little importance for the Eurocentric culture. It was adopted the qualitative/interpretative approach, in which the researcher is part of the context, for perceiving meanings produced by the individuals. The text aims to build a database, adopting the theoretical and methodological principles of Information Architecture. The *Axure 4.0* programs were used as they enable the creation of *wireframes* and prototypes as well as provide a great level of structured information and they intend to meet the users’ informational demands in a more effective

way. Furthermore, the *Fireworks 8.0*, *Dreamweaver 8.0* and *CorelDraw 13* were also used. The pertinence of base construction emerges from the need to offer elements for the formulation of a scientific policy for knowledge production at UFPB intending the access/democratization of information for every citizen.

Keywords: Black Women and Men. Knowledge Production. Access/Democratization of Information. Database.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é parte de um projeto mais amplo, intitulado “Memória da Ciência: (in) visibilidade de negros e negras na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba”. Objetivou analisar a produção do conhecimento que constitui a memória da ciência dessa instituição, partindo do pressuposto que os estudos e as pesquisas realizadas por seus pesquisadores priorizam temas voltados para construtos universais. Portanto, não se identifica uma produção significativa relacionada a temas de interesses da população negra, aumentando, assim, a sua invisibilidade na sociedade brasileira e reforçando os comportamentos preconceituosos e discriminatórios presentes nas relações humanas desde que os sujeitos passaram a viver em grupos nos primórdios da história da humanidade (LIMA; PEREIRA, 2004, p. 9).

A ciência muitas vezes é pouco reconhecida por grupos não especializados porque os pesquisadores se fecham em ambientes burocratizados, produzindo um conhecimento que se fundamenta nos modelos clássicos de pensamento científico. Essa problemática se impõe como argumento para o desenvolvimento de uma pesquisa visto ser a ciência uma prática social que resulta da

interação do sujeito com os objetos da natureza e com outros sujeitos, supondo a produção do conhecimento como um elemento de importância vital para as sociedades contemporâneas, que serve tanto para a promoção da ciência em si mesma quanto para o bem-estar da humanidade. Essa última referência à ciência encontra seu ponto de conexão na ideia de que o conhecimento e a sociedade deveriam estar sempre em plena harmonia.

Na literatura especializada, encontramos autores que especificam que a concepção de ciência, que exclui tema e marginaliza grupos, prescinde de uma reforma no modo de pensar, conceber e produzir o conhecimento (o que, para quem, como e quando), porquanto, dificilmente, “[...] haverá transformação sem reforma de pensamento, ou seja, revolução nas estruturas do próprio pensamento [...]” (MORIN, 1999, p. 10). Em termos de Brasil, essa reforma no modo de produzir o conhecimento suscitaria uma concepção de “ciência com consciência” dos problemas que afligem, principalmente, a população negra em todos os âmbitos da sociedade brasileira.

Tais problemas vão desde a insuficiência de temas sobre negros e negras nas produções acadêmicas das diversas áreas de pesquisa, produzindo uma sub-representação étnica na produção do conhecimento das universidades até a sua reduzida participação nos processos de seleção para os programas de pós-graduação (AQUINO, 2009). Esses, muitas vezes, estão “[...] intimamente ligados ao pertencimento a classes sociais historicamente incrustadas no poder local e aos caminhos dados por estes às formações científicas e universitárias, destacando a correlação histórica destas classes com as etnias” (CUNHA JÚNIOR, 2003).

A expansão da memória da ciência e a produção do conhecimento pautada em uma

multiplicidade de temas requerem também a difusão ampla dos conhecimentos científicos e tecnológicos e de suas aplicações como uma responsabilidade da universidade que, nesse presente século, confronta-se como uma situação complexa: são-lhe feitas exigências cada vez maiores por parte da sociedade da informação e do conhecimento e essa instituição parece não estar preparada para enfrentar os desafios de uma sociedade que apresenta milhões de indivíduos com uma educação desqualificada e mutilante.

O significado político, social e cultural da produção do conhecimento, como atividade humana dotada de história, memória e tradição, ficam quase sempre camuflada nas representações das confrarias das comunidades científicas, nas bancas de defesas de dissertações e teses, nos artigos de divulgação e nas prateleiras das bibliotecas, e distanciado do acesso pelo público mais amplo.

Postula-se que o distanciamento entre ciência/sociedade e, diríamos, entre a universidade e cidadãos/ãs, está na falta de consciência da necessidade de instaurarmos uma cultura científica mais abrangente e popularizada para escutar as vozes de diferentes segmentos da atual sociedade: índios, ciganos, negros, mulheres, crianças etc.

Em relação a negros e negras, Cunha Júnior (2006) afirma que os estudos produzidos por essa população ganharam amplitude a partir de 1980 como parte de um projeto político dos movimentos negros. Entretanto, o final da década de 1960 e o início de 1970 marcam uma retomada desses em diversos estados do país, ampliando a crítica sobre as relações sociais e criticando as produções de conhecimento feitas por pesquisadores eurodescendentes.

As pesquisas sobre as populações afrodescendentes e os temas de interesse

destas populações tiveram impulso devido à crítica social realizada pelos movimentos negros e também em razão do processo implantado por esses movimentos denominados de Cultura da Consciência Negra. Estudos e pesquisas sobre esses temas vêm evoluindo em algumas áreas das universidades públicas com muita dificuldade. Nesse sentido, Cunha Júnior (2003) argumenta que o discurso da universalidade do conhecimento produziu uma barreira ao desenvolvimento amplo de temas de interesses de negros e negras. Este autor afirma que um número considerável de pesquisadores, das áreas de ciências humanas, declara não pesquisar esses temas na sua região por não considerá-los universais, e, portanto, externos à pesquisa acadêmica.

O discurso da universalidade, segundo Cunha Júnior, relaciona-se com a forma como esse discurso foi introduzido e compreendido na sociedade brasileira, dando margem à expansão eurocêntrica do conhecimento nas universidades e, por vezes, encobriu preconceitos, discriminações e racismos. No mínimo, admite o autor, teve uma hibridação com a sistemática inclusão controlada e diferenciada da população negra, ou seja, foi forte parceiro de uma ideologia de dominação, certamente, servindo de abrigo eloquente para os que menosprezavam as culturas nacionais de base africana e indígena, como também, as denominadas de caráter popular (CUNHA JÚNIOR, 2003).

Essa recusa da temática também atingiu os pesquisadores marxistas que privilegiaram os enfoques das lutas de classes e fomentaram em suas análises a partir da esfera da universalidade do conhecimento, demarcada pelo capital. Além disso, uma grande parte deles se “[...] negam a aventar a hipótese de o trabalho e capital histórico no Brasil terem natureza étnica e que as lutas de classe no país têm um imenso trabalho histórico das negras e

negros, dada as origens do sistema capitalista brasileiro fundado no escravismo criminoso” (CUNHA, JÚNIOR, 2003).

A insuficiência de temas sobre negros e negras, como objetos de pesquisa, instiga-nos a pensar, como diria Morin (1999), “[...] uma aptidão autorreflexiva que é a qualidade chave da consciência [...]” em contraposição ao pensamento científico que “[...] ainda é incapaz de se pensar, de pensar sua própria ambivalência e sua própria aventura, [quando] deveria reatar com a reflexão filosófica” (MORIN, 1999, p. 11). Essa inquietação com a produção do conhecimento numa dada instituição significa pensar a construção da memória da ciência, compreendida como um conjunto de “experiências consistentes”, sistematizadas teórica e metodologicamente e ancoradas no tempo e na história, que redundam na produção do conhecimento, facilmente localizável.

A memória da ciência de uma instituição de ensino, como memória viva, possuidora de uma “contextualidade” é possível de ser atualizada historicamente. Trata-se de uma representação produzida pela e através da experiência de seus/suas pesquisadores, constituindo “[...] um saber, formando tradições, caminhos – como canais de comunicação entre dimensões temporais” (DIEHL, 2002, p. 116) e espaciais.

O nosso argumento é o de que a produção do conhecimento, que compõe a memória da ciência da universidade, necessitaria ser adequadamente disseminada informando à comunidade acadêmica e ao público em geral sobre o que os pesquisadores fazem dentro e fora dos laboratórios, apontando para a importância de uma “ciência em ação” (LATOURET, 2000) para todos os cidadãos. Por outro lado, essa comunidade necessitaria ser mais bem informada sobre o que se produz acerca de negros e negras nas universidades

públicas, considerando o que os pesquisadores (escritores, literatos, advogados e engenheiros) negros já fizeram e a importância que o Brasil já conquistou com o trabalho da população negra entre as nações produtoras de conhecimento, porque “[...] nenhum instrumento é mais adequado para intervir na realidade do que o conhecimento” (DEMO, 1997, p. 20).

Esse panorama incita-nos a ter uma preocupação com essa temática que assume o postulado de que é necessário conhecermos o que os pesquisadores produzem sobre negros e negras nos cursos da Universidade Federal da Paraíba, âmbito de nossas atividades acadêmicas e científicas, fazendo uma reconstrução da memória da ciência, por entendermos que a cultura científica das universidades brasileiras ainda conserva as marcas similares de um discurso que privilegia temas universais.

A captura do modo como o conhecimento é produzido nas universidades públicas e para quem é produzido também é uma tarefa essencial a ser assumida pelos pesquisadores da Ciência da Informação e para não apenas comunicá-lo e disseminá-lo, mas enfatizar “[...] uma produção do conhecimento que permuta a intervenção nas situações de caráter estrutural que molda a vida” (CUNHA JÚNIOR, 2006) de negros e negras nessa sociedade contemporânea.

2 CONHECENDO UM POUCO DA HISTÓRIA

Perceber o outro, de maneira estereotipada, agregando valores de inferioridade, implica em comportamentos identificados como preconceito, racismo e discriminação. Essa forma de ver o outro tem sido cultivada nas relações entre os sujeitos desde os primeiros tempos até os dias atuais, ao ponto de ser confundida como respostas fisiológicas. Os comportamentos de subjugação/escravização,

quase sempre, partem dos sujeitos que estão inseridos em um padrão de normalidade, e uma vez percebendo o outro distante deste padrão, o pune com sua diferença. Estando distante do parâmetro de normalidade, construído sobre diversos pilares, inclusive culturais, como afirma Teles (1990, p. 10), “[...] o que é normal aqui não é ali”. Nessa distância que separa os sujeitos são atribuídas posições, funções, cargos e espaços, considerados inferiores na atual sociedade, que tornam essa população (in) visível.

A chegada dos europeus ao novo mundo foi marcada por comportamentos destrutivos contra os grupos étnicos que ocupavam grande parte da América, a saber: os astecas, os maias e os incas e, porção conhecida hoje como Brasil, os indígenas. Com a chegada dos ingleses à Austrália, a ação inglesa de desbravar o território australiano contribuiu para o quase desaparecimento da população nativa aborígine, a qual hoje se resume a 1% da população australiana, correspondendo a 200 mil. Não somente a população nativa australiana, mas outros grupos étnicos que foram subjugados e escravizados se resumem, na atualidade, em pequenas colônias muitas vezes aculturadas por valores do homem branco.

Após o processo de subjugação/escravização dos indígenas, os colonizadores investiram na captura dos negros, deserdando-os dos diversos pontos da África para trazê-los a ferros nos navios em direção ao novo mundo. No processo de exploração de sua mão de obra, mecanismos de dominação foram utilizados para torná-los (in) visíveis e, semelhantemente aos indígenas, foram explorados na construção de uma sociedade moderna na terra nova, ou seja, no Brasil que buscou, ao se afirmar como unidade nacional, construir uma “identidade própria”. Neste sentido, a elite branca passou a negar duas realidades que o país apresentava naquele

momento histórico visto que o paradigma de sociedade moderna, idealizado pelos colonizadores legitimados pelos senhores de engenho, tinha sido construído com base nos valores europeus. Dessa forma, a realidade indígena e escravista seria de empecilhos que frustravam o desejo de tornar a ex-colônia de Portugal em um país semelhante à Europa.

Passados mais de 300 anos, a “elite brasileira branca” continua com a mesma mentalidade em relação a negros e negras, cultivando um racismo sutil e velado nos diferentes setores da sociedade brasileira. Inclui nisso o contexto acadêmico que reflete bem a (in) visibilidade do negro na produção de conhecimento. Este processo de (in) visibilidade dá-se pelo fato de alguns estudiosos considerarem que os temas étnico-raciais não serem considerados universais, e por isso, acabam por privilegiar temas que ajudam a manter o *status quo* da cultura eurocêntrica. Essa irrelevância dos temas sobre a cultura negra também é postulada por intermédio das políticas científicas estruturadas com base numa ideologia racista, que restringem a produção de conhecimento sobre a cultura do negro, a qual vai avançando com muita dificuldade, e permanecendo longe das discussões acadêmicas atuais.

De acordo com o pensamento de Moura (1988), Chagas e Souza (2002), a escassa produção de conhecimento sobre a temática étnico-racial não atende às demandas de pesquisadores africanos e afrodescendentes, que resistem nessa prática seletiva de produção de conhecimento sobre o negro. Nesse sentido, Freire (1982, p.96), ao abordar a questão da produção de conhecimento, diz que “[...] nenhum tema é apenas o que aparece na forma linguística que o expressa [...]”, pois, segundo este autor, faz-se importante refletir para além da superficialidade, visando uma melhor compreensão do tema. Assim, a reflexão sobre

os temas nos estudos e pesquisas acerca de negros africanos e afrodescendentes implica, na medida do possível, “[...] romper as aparências enganosas que podem conduzir-nos a uma distorcida visão do mesmo [...]” (FREIRE, 1982, p. 96). Ainda pensando com Freire (1982, p.96), a investigação acerca de um tema demanda um difícil esforço de desembaraçar as aparências para vê-lo como um fenômeno, que se dá em uma realidade palpável.

Na transição do século XIX para o século XX, duas visões dos estudos sobre as relações étnico-raciais no Brasil marcam e dividem opiniões e épocas. A primeira visão parte da tese do “mito da democracia racial” (FREYRE, 2006), na qual o país é visto como uma nação que incluía os sujeitos homoganeamente. Nessa ideia, o negro tinha seu lugar como protagonista, não havendo exclusão étnica na sociedade brasileira na década de 1930. A segunda visão faz cair por terra a primeira, desconstruindo o argumento de que essas relações étnico-raciais são excludentes, assumindo o Brasil como uma nação racista, onde o preconceito e a discriminação são generalizados por toda sua extensão territorial (TELLES, 2003).

Em dois momentos da sociedade brasileira, o mito da *democracia racial* foi refutado em duas épocas distintas. Nos anos 1950, os sociólogos Florestan Fernandes, Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso¹ foram responsáveis pela confirmação do engodo social. No início da década de 2000, Camino (2001) identifica outras formas de exercício do racismo, configuradas como um racismo visível, aberto, militante e agressivo. Sua metamorfose deu-se quando da implementação da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989² que visa reprimir os atos de

discriminação. Assim, o racismo passou a ter uma nova face chamada de *racismo sutil*, diferente do racismo dos discursos surgidos nos anos 1940. Por conseguinte, as leis reconfiguram os atos xiitas em uma maneira sutil de perceber o outro ainda como inferior (DOLLARD et al, 1939; ADORNO et al., 1950; HOVLAND; SEARS, 1940 apud CAMINO 2001; TELLES, 2003).

Passadas duas décadas, desde a implementação da Lei de 1989, em 9 de janeiro de 2003 foi aprovada a Lei n. 10.639, de que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Oito anos depois, veio à atualização desta, para a Lei 11. 645, de 10 de março de 2011 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. E, mais recente a implementação da Lei de Cotas raciais e sociais (Lei nº 12.711/2012), em 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Mesmo estando situados no paradigma da sociedade da informação, a cultura afrocêntrica continua ainda (in)visibilizada, caracterizando-se como uma contradição que enfraquece as políticas de inclusão do novo paradigma que defende a democratização/acesso da informação para todos os cidadãos(ãs). Essa distorção social implicou numa malsucedida formação educacional da população negra ao longo dos anos, aumentando as pressões do Movimento Negro Brasileiro junto ao atual governo para formular e implantar uma política educacional que adequadamente possa incluir negros.

¹ Ex-presidente do Brasil de 1 de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2002.

² A Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em:

Tal ação culminou com a alteração da LDB e o surgimento Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que “altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (BRASIL, 2010), vindo esta medida a se constituir como um mecanismo de desconstrução da (in) visibilidade do negro na educação, e possibilitar efetivamente a democratização/acesso da informação da cultura negra nas escolas. É certo também que a produção de conhecimento construída com base no discurso eurocêntrico não inclui devidamente o discurso afrocêntrico e, dessa forma, reforça o processo de (in) visibilidade de negros.

Nesses últimos anos, o ato de situar o negro como antagonista da narrativa histórica tem ajudado na manutenção de sua (in) visibilidade, perpetuando a imagem do sujeito negro, de forma distorcida da sua realidade, e negando dessa forma a informação adequada sobre esse grupo étnico. Na estrutura curricular escolar, o ensino de história privilegia as discussões em que homens e mulheres brancas são protagonistas, desqualificando homens e mulheres negras e cristalizando a imagem destes como escravos, servos, desobedientes, embora eles não aceitassem a dominação. Nas escolas, negros e negras dificilmente são representados na historiografia como herói ou como intelectual.

Nas aulas de literatura, nada se sabe sobre os poetas e poetisas negros. Estes intelectuais negros não estão na memória dos cientistas brancos. É certo também que devido à estrutura curricular de (in) visibilidade e às práticas de pesquisa dominantes, onde pouco se selecionam temas de interesse da população

negra, a contribuição dos pesquisadores negros e negras continua impropriamente armazenada na memória de brancos e brancas. Dessa forma, ao ser negada a memória coletiva de negros e negras colabora-se também para a negação do sujeito ao qual essa memória se refere, negligenciando-se a ideia de que a memória, segundo Le Goff (1924), é a “[...] propriedade de conservar certas informações, e remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1924, p.419-420).

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos aqui adotados partem do entendimento de que o pesquisador busca o tema, descobrindo a riqueza de suas inter-relações e os aspectos particulares, dos quais nem sempre suspeitamos, necessitando que se faça um adentramento nele para captá-lo em sua completa dinamicidade (FREIRE, 1982). A compreensão dessa busca, segundo Choo (2003), é estabelecida por um processo pelo qual o indivíduo busca informações capazes de mudar seu estado de conhecimento implicando em aprendizagem e, este processo, para Atkinson et al (2002), é visto como uma mudança relativamente constante de comportamento como decorrência da prática dos sujeitos. Na visão de Choo (2003, p 103) a busca “[...] faz parte de uma atividade social por meio da qual a informação torna-se útil para um indivíduo ou para um grupo [na] mesma rede de informação, cada um [...] vai buscar a informação de [modo] diferente, dependendo dos nossos conhecimentos das fontes, de nossas experiências passadas [...]”.

A busca, nesta pesquisa, refere-se à construção de um banco de dados, ou seja, um repositório digital, termo que optamos em usar daqui em

diante. Os repositórios digitais, na perspectiva de Aquino (2009), são entendidos como espaços físicos ou não, onde são armazenados diversos tipos de informação ou documentos, sejam nas bibliotecas, centros de informação, entre outros. Nesse espaço, estarão disponíveis todos os dados/informação/conhecimento, coletados das etapas anteriores do projeto, ou seja, informações construídas a partir da investigação da cultura do negro na Universidade Federal da Paraíba.

O repositório foi projetado com o uso do *software Axure 4.0*³ que permite criar *wireframes* e protótipos com maior nível de informação organizada de modo a atender às demandas informacionais dos usuários. Nesse contexto, foram adotados os pressupostos teóricos e técnicos da Arquitetura da Informação que permitiram executar o projeto de um repositório digital estruturado com os sistemas de organização, sistemas de representação, sistemas de navegação, sistemas de busca (ROSENFELD; MORVILLE, 2006). A criação de imagens vetorizadas viabilizou a utilização do *software CorelDraw 13*. Para o refinamento do layout do repositório usamos o *software Fireworks 8.0* e a programação em HTML foi feita nas entrelinhas do *software Dreamweaver 8.0* que permitiu ao repositório ganhar funcionalidades usando da linguagem hipertextual.

A informação reestruturada e disponível por meio das tecnologias intelectuais vem romper com uma questão que tem permeado a história da produção do conhecimento acerca dos

³ *Axure* é um software voltado para aplicações web e desktop. Ele oferece recursos normalmente encontrados em ferramentas de diagramação, como arrastar e soltar colocação, redimensionamento e formatação de *widgets*. Além disso, ele tem recursos para anotar *Widgets* e definindo as interações como ligando, ligando condicional, simulando guia controles, exibir/ocultar elemento, etc. O site do software dispõe uma versão *free* experimental, na qual limita algumas funções. Mais informações sobre o produto podem ser encontradas em: <http://www.axure.com/>

temas dos negros no campo científico e, particularmente, na UFPB: a (in) visibilidade do conhecimento na sociedade da informação e do conhecimento. O conhecimento sobre o negro tem sido escasso, e mantido longe das discussões acadêmicas (MOURA, 1988; CHAGAS; SOUZA, 2002).

O repositório, destinado à produção de conhecimento sobre o negro, poderá contribuir também para sujeitos negros que desconhecem sua própria história ou somente a vê por meio da perspectiva eurocêntrica cuja narrativa é eivada de estereótipos negativos, criando imagens distorcidas sobre a etnia e a cultura afrocêntrica e fazendo com que negros não se reconheçam como protagonistas de sua história, e passam a desenvolver comportamentos que se encaixam no padrão de normalidade estabelecido.

4 A CONSTRUÇÃO DO REPOSITÓRIO DIGITAL DA UFPB

Essa construção foi pensada a partir de duas questões básicas: a caracterização da informação aliada às tecnologias intelectuais como insumo no processo de crescimento individual/coletivo e o acesso e democratização da informação. No paradigma contemporâneo, as minorias são representadas por categorias como mulheres, homossexuais, deficientes, indígenas, negros etc. Entretanto, o modelo proposto de sociedade informacional é apenas uma extensão do “paradigma moderno” sugerido nos primórdios da história da sociedade brasileira que intencionalmente excluiu a população indígena e negra.

Neste sentido, o conceito de informação étnico-racial e a própria informação étnico-racial aliados ao acesso e à democratização da informação por meio do ciberespaço visa à desconstrução da (in) visibilidade de negros e

negras cristalizada desde os primórdios do Estado brasileiro. Vejamos a Figura 1.

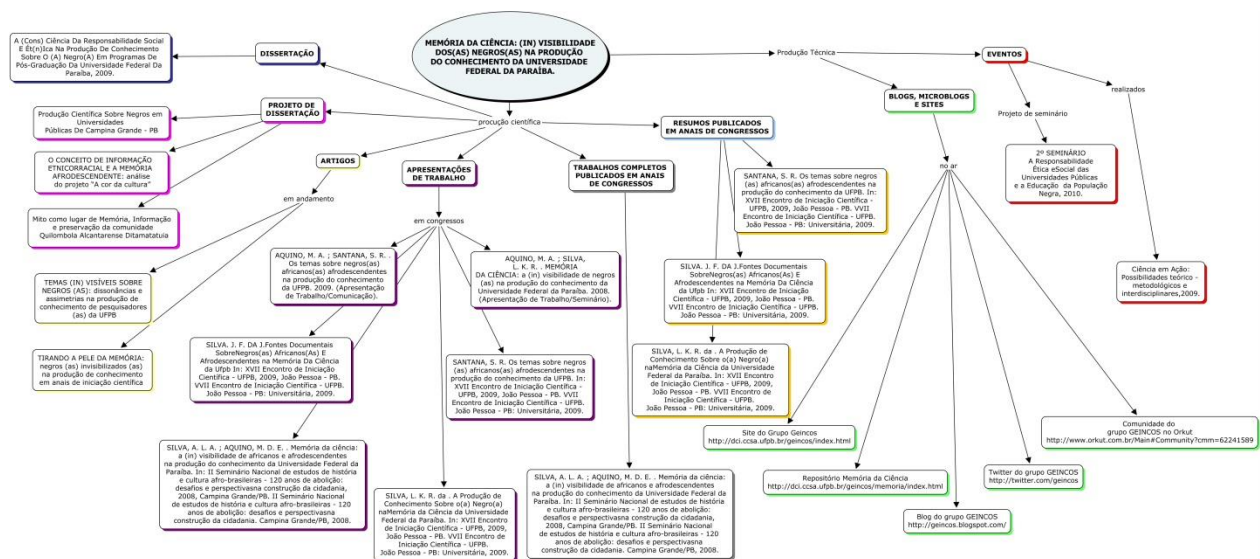
Figura 1: Interface (Home) do repositório destinado à produção de conhecimento sobre negros e negras.



A partir das informações disponibilizadas nesse repositório, construímos um mapa conceitual que apresenta os desdobramentos dos temas sobre negros e as estratégias de

democratização da produção de conhecimento nos contextos acadêmicos, nos grupos de pesquisa, nos laboratórios etc.

Figura 2: O mapa conceitual de temas e estratégias de acesso/democratização da produção de conhecimento.



Assim, pretendemos levar esse conhecimento ao domínio público mediante acesso ao repositório digital, que funciona como um canal disseminador da informação. Em outras palavras, facilitar o acesso efetivo ao conhecimento acerca de negros e negras na Universidade Federal da Paraíba. Além de funcionar como memória da ciência construída longe do olhar de uma historiografia branca e desprovida de vieses eurocêntricos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual conjuntura, o Estado Brasileiro vem tentando minimizar o racismo por meio da implantação e consolidação das Políticas de Ações Afirmativas e sancionando leis e decretos. Entretanto, as mazelas sociais continuam arrastando negros e negras para as margens da sociedade da informação-conhecimento-aprendizagem, pois que ao longo das civilizações o racismo teve sua consistência assegurada por meio de atitudes racistas aprendidas e perpetuadas desde que o homem percebeu o outro.

A Lei nº 7.716/1989 incrimina as atitudes racistas agressivas contra negros e negras e a Lei nº 10.639/2003, assegura a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura

afrodescendente nos primeiro anos de formação escolar. Essas medidas visam reparar os agravos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos pelos africanos e seus descendentes no regime escravista, eliminar o preconceito, a discriminação e o racismo, e reduzir a falta de oportunidades sociais para negros e negras nos diversos setores da sociedade brasileira. Entretanto, não podemos colocar inteiramente a responsabilidade pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária nas mãos do Estado e da Sociedade Civil, mas é necessário também que as universidades públicas contribuam fortemente no processo de reparação das injustiças sociais, uma vez que elas são reconhecidas como responsáveis pela produção do conhecimento para o desenvolvimento de nosso país.

Nas universidades e igualmente nas empresas, as tecnologias intelectuais têm um papel importante não apenas na produção, mas na disseminação do conhecimento produzido pelos pesquisadores. O computador, a internet e os repositórios digitais (site, bancos de dados etc) são importantes canais de comunicação para disseminação/democratização do que se produz como conhecimento nas universidades públicas. Portanto, o acesso a elas ocupa um

lugar fundamental para visibilizar a temática étnico-racial e desconstruir imagens negativas que inferiorizam negros e negras desde os primórdios da história humana.

Como o objetivo proposto foi atendido, observamos que pesquisas como essa, que visam à democratização da produção de conhecimento por meio das tecnologias intelectuais é fundamental para que a comunidade acadêmica da UFPB e a sociedade como um todo tenha acesso ao estado de conhecimento dessa instituição. Pesquisadores e professores de universidades públicas devem dar mais atenção à problemática da população negra e discutir com os alunos sobre a necessidade de se obter maior conhecimento sobre a história e a cultura dos povos africanos e afrodescendentes e sua contribuição à formação da cultura brasileira.

REFERÊNCIAS

AQUINO, M. de A. **Informação e diversidade: a imagem do afrodescendente no discurso da inclusão social/racial**. 2006. 120 f. Relatório (Pesquisa) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2006.

_____. **Memória da Ciência: A (in) visibilidade dos (as) negros (as) na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba**. (Projeto de Pesquisa)– Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

AQUINO, M. de A.; NETTO, C. X. de A. **A ciência em ação: o museu virtual de imagens da cultura africana e afrodescendente**. Projeto (Pesquisa) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, 2006.

ATKINSON, L. R. et al. **Introdução à Psicologia de Hilgard**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BRASIL, LEI No 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <

Biblionline, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 96-107, 2013.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10_639.htm>>. Acesso em 26 jan. 2010.

CAMINO, L.; SILVA, P. da MACHADO, A. O.; PEREIRA, C. A Face oculta do racismo no Brasil: uma análise Psicossociológica. In: Revista de Psicologia Política, 2001.

CHAGAS, W. F.; SOUZA, M. L. G. O olhar da academia sobre o negro. Centro Universitário de João Pessoa. Boletim de Pesquisa. n. 3, João Pessoa; DCSN, 2002.

CHOO, C. W. A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significados, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

FREIRE, P. **Ação cultural para liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FROHMANN, B. **Taking information policy beyond information science: applying actor network theory**. Disponível em: <http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/actor.htm>>. Acesso em: 12 jun 2005.

HASENBALG, C. A.; MUNANGA, K.; SCHWARCZ, L. M. **Racismo: perspectivas. Para o estudo contextualizado da sociedade brasileira**. Niterói: Eduff, 1998.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MOURA, C. E. M. **A sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: <www.acaoeducativa.org.br/downloads. > Acesso: 11 dez. 2008.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**.

Disponível em: <
www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf >. Acesso: 21 jan. 2003.

ROSENFELD, L.; MORVILLE, P.
Information Architecture for the Word Wide Web.
3. ed. Sebastopol, CA: O'Reilly, 2006.

TELLES, E. **Racismo à brasileira:** uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

Dados sobre Autoria

*Doutora em Educação. Bolsista Produtividade CNPq. Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação da UFPB. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Coordenadora do do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Étnico-Raciais.
E-mail: miriabu@gmail.com

**Graduada em Biblioteconomia pela UFPB. Mestranda em Ciência da Informação no PPGCI/UFPB. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Étnico-Raciais.
E-mail: leyklebia@gmail.com

***Licenciado em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Graduando em Biblioteconomia pela UFPB. Ex-bolsista PIBIC/UFPB/ CNPQ.
E-mail: rnhely.severo@gmail.com

****Graduado em Psicologia pela UFPB. Bolsista PIBIC/UFPB/CNPq. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Étnico-Raciais.
E-mail: sergiokafe@gmail.com

*****Graduanda em Arquivologia na UFPB. Ex-bolsista PIBIC/UFPB/CNPq.
E-mail: taianny.ferreira@gmail.com

Artigo enviado em outubro de 2012 e aceito em novembro de 2013.